

Curso/Disciplina: Direito Penal Especial

Aula: Crimes contra a Administração Pública – Corrupção Ativa

Professor: Marcelo Uzêda

Monitora: Vanessa Alves

Aula nº 63

Corrupção Ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Sujeito Ativo: qualquer pessoa.

Funcionário Público também pode ser sujeito ativo de corrupção ativa como qualquer pessoa.

Sujeito Passivo: é o Estado. Que não pode ter sua lisura prejudicada.

O funcionário público corrompido tem que ter a atribuição para praticar o ato que o corruptor queira que seja praticado, retardado ou omitido.

Elementos Objetivos do tipo

O comportamento incriminado consiste em oferecer ou prometer vantagem a funcionário público, com o fim de determiná-lo a realizar, omitir ou retardar ato de ofício.

Oferecer: tem o significado de expor à aceitação, apresentar no sentido de que seja aceito pelo funcionário.

Prometer: quer dizer, obrigar-se,

Os meios de execução do oferecimento da promessa são vários (crime de forma livre): palavras, atos, gestos. Inexiste delito na hipótese de ausência de oferta ou promessa de vantagem. Ex. sem oferecer ou prometer qualquer utilidade ao funcionário, pedir-lhe que “dê um jeitinho”.

Não há previsão do verbo dar. Se a pessoa que entrega a vítima como foi solicitada na corrupção ativa, ela é vítima e, portanto, é atípico para quem entregou, mas se há uma contraproposta, é um oferecimento.

A entrega da vantagem é mero exaurimento. Trata-se de um crime formal pois basta a mera promessa ou oferecimento.

O objeto material é a vantagem ilícita, indevida, porque se for devida não há corrupção.

“Pequenos agrados” não configura corrupção. Pequeno agrado pode ser um bombom, uma caneta (desde que barata) em uma postura de gratidão.

Dolo: específico de oferecer ou prometer para o determinado funcionário a praticar, omitir, ou retardar o ato de ofício (fim específico)

Corrupção exaurida: parágrafo único. Ocorre quando o funcionário retarda, omite a ato de ofício ou infringe o dever funcional. A pena é aumentada de 1/3. Só ocorre em caso de corrupção própria que é quando o funcionário além de praticar o delito de aceitar ou receber vantagem ele ainda viola outro dever.

Exemplo: o funcionário ofereceu ao delegado vantagem para que ele concluísse o inquérito, que é o papel do delegado. Neste caso ocorre a corrupção imprópria.

Para que haja a majorante é necessário que haja o nexo entre o ato praticado, omitido ou retardado e a vantagem oferecida.

Pena: 13 anos e multa

A Ação é Pública e Incondicionada.

Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria
Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei

II - Pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho;

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou

industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

IV - Adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

O crime de descaminho caracteriza uma fraude. É iludir o pagamento do tributo, imposto referente a entrada, saída ou consumo de determinado bem.

A jurisprudência entende que o descaminho não é crime tributário. Ele é um crime contra a administração pública, contra a economia popular. Não seria contra a ordem tributária. Afeta o patrimônio, o erário, a livre concorrência.

Sujeito Ativo: qualquer pessoa

O **art. 318 é o crime de facilitação de contrabando ou descaminho**. O funcionário público responsável por fiscalizar facilita o contrabando ou o descaminho. Uma exceção à teoria monista

O art. 334 e 334-A já são crimes que podem ser praticados por qualquer pessoa.